

AVALIAÇÃO EXTERNA DAS ESCOLAS

Relatório
Escola Profissional de
Desenvolvimento Rural de
Serpa

2013
2014

Área Territorial de Inspeção
do Sul

1 – INTRODUÇÃO

A [Lei n.º 31/2002](#), de 20 de dezembro, aprovou o sistema de avaliação dos estabelecimentos de educação pré-escolar e dos ensinos básico e secundário, definindo orientações gerais para a autoavaliação e para a avaliação externa. Neste âmbito, foi desenvolvido, desde 2006, um programa nacional de avaliação dos jardins de infância e das escolas básicas e secundárias públicas, tendo-se cumprido o primeiro ciclo de avaliação em junho de 2011.

A então Inspeção-Geral da Educação foi incumbida de dar continuidade ao programa de avaliação externa das escolas, na sequência da proposta de modelo para um novo ciclo de avaliação externa, apresentada pelo Grupo de Trabalho ([Despacho n.º 4150/2011](#), de 4 de março). Assim, apoiando-se no modelo construído e na experimentação realizada em doze escolas e agrupamentos de escolas, a Inspeção-Geral da Educação e Ciência (IGEC) está a desenvolver esta atividade consagrada como sua competência no [Decreto Regulamentar n.º 15/2012](#), de 27 de janeiro.

O presente relatório expressa os resultados da avaliação externa da [Escola Profissional de Desenvolvimento Rural de Serpa](#), realizada pela equipa de avaliação, na sequência da visita efetuada entre 28 e 30 de abril de 2014. As conclusões decorrem da análise dos documentos fundamentais da Escola, em especial da sua autoavaliação, dos indicadores de sucesso académico dos alunos, das respostas aos questionários de satisfação da comunidade e da realização de entrevistas.

Espera-se que o processo de avaliação externa fomente e consolide a autoavaliação e resulte numa oportunidade de melhoria para a Escola, constituindo este documento um instrumento de reflexão e de debate. De facto, ao identificar pontos fortes e áreas de melhoria, este relatório oferece elementos para a construção ou o aperfeiçoamento de planos de ação para a melhoria e de desenvolvimento de cada escola, em articulação com a administração educativa e com a comunidade em que se insere.

A equipa regista a atitude de empenhamento e de mobilização da Escola, bem como a colaboração demonstrada pelas pessoas com quem interagiu na preparação e no decurso da avaliação.

ESCALA DE AVALIAÇÃO

Níveis de classificação dos três domínios

EXCELENTE – A ação da escola tem produzido um impacto muito consistente na melhoria das aprendizagens e dos resultados dos alunos e nos respetivos percursos escolares. Os pontos fortes predominam na totalidade dos campos em análise, em resultado de práticas organizacionais consolidadas, generalizadas e eficazes. A escola distingue-se pelas práticas exemplares em campos relevantes.

MUITO BOM – A ação da escola tem produzido um impacto consistente na melhoria das aprendizagens e dos resultados dos alunos e nos respetivos percursos escolares. Os pontos fortes predominam na totalidade dos campos em análise, em resultado de práticas organizacionais generalizadas e eficazes.

BOM – A ação da escola tem produzido impacto na melhoria das aprendizagens e dos resultados dos alunos e nos respetivos percursos escolares. A escola apresenta uma maioria de pontos fortes nos campos em análise, em resultado de práticas organizacionais eficazes.

SUFICIENTE – A ação da escola tem produzido um impacto reduzido na melhoria das aprendizagens e dos resultados dos alunos e nos respetivos percursos escolares. As ações de aperfeiçoamento são pouco consistentes ao longo do tempo e envolvem áreas limitadas da escola.

INSUFICIENTE – A ação da escola tem produzido um impacto muito reduzido na melhoria das aprendizagens e dos resultados dos alunos e nos respetivos percursos escolares. Os pontos fracos sobrepõem-se aos pontos fortes na generalidade dos campos em análise. A escola não revela uma prática coerente, positiva e coesa.

O relatório da Escola e o eventual contraditório apresentado(s) no âmbito da [Avaliação Externa das Escolas 2013-2014](#) serão disponibilizados na [página da IGEC](#).

2 – CARACTERIZAÇÃO DA ESCOLA

A Escola Profissional de Desenvolvimento Rural de Serpa fica situada na Herdade da Bemposta, a dois quilómetros da sede do concelho de Serpa e a cerca de 30 da capital de distrito, Beja.

Inserida num meio marcadamente rural, a Escola tem vindo a dar resposta às exigências da região, adequando a sua oferta formativa às características locais. Para além do centro escolar, integra um centro tecnológico, ligado a atividades empresariais, no domínio das indústrias agroalimentares, um centro de exploração agrícola, composto por culturas arvenses, olival, vinha e uma área de horto-fruticultura, um centro hípico e ainda um centro de gestão ambiental.

No ano letivo de 2013-2014, é frequentada por 184 formandos, distribuídos 14 pelo curso de educação e formação, tipo 2, de Tratamento e Desbaste de Equinos (uma turma) e 170 pelos cursos profissionais de Técnico de Gestão Equina, Técnico de Turismo Ambiental e Rural, Técnico de Processamento e Controlo de Qualidade Alimentar e Técnico de Produção Agrária (nove turmas). De salientar que até ao ano letivo de 2012-2013, também funcionou o curso profissional de Técnico de Higiene e Segurança no Trabalho e Ambiente.

A Escola é frequentada apenas por 1,1% de formandos de nacionalidade estrangeira. No que se refere às tecnologias de informação e comunicação, só 14,0% dos alunos do curso de educação e formação e 51,0% dos alunos dos cursos profissionais possuem computador, em casa, com ligação à internet.

Os pais dos alunos exercem atividades profissionais diversificadas, constatando-se que 10% desempenham funções de nível superior e intermédio, ainda que se desconheça a ocupação profissional de 34% dos encarregados de educação. No que respeita às habilitações académicas, 4% dos pais dos alunos do ensino básico possuem formação de nível secundário e superior, percentagem que sobe para 25% relativamente aos dos alunos do ensino secundário.

Dos 28 docentes que exercem funções no estabelecimento de ensino, 61% fazem parte dos quadros e 68% lecionam há 10 ou mais anos, o que reflete alguma estabilidade do corpo docente. Relativamente aos 16 trabalhadores não docentes, a totalidade tem 10 ou mais anos de serviço.

3 – AVALIAÇÃO POR DOMÍNIO

Considerando os campos de análise dos três domínios do quadro de referência da avaliação externa e tendo por base as entrevistas e a análise documental e estatística realizada, a equipa de avaliação formula as seguintes apreciações:

3.1 – RESULTADOS

RESULTADOS ACADÉMICOS

Periodicamente, na senda da melhoria, é realizada uma análise e reflexão sobre os resultados académicos alcançados pelos alunos, nos diferentes órgãos e estruturas de coordenação educativa e supervisão pedagógica. No triénio de 2010-2011 a 2012-2013, as taxas de conclusão dos cursos profissionais (70,6%, 53,3% e 81,0%, respetivamente) situam-se acima das nacionais (66,4%, 65,1% e 60,2%), à exceção das registadas no ano letivo de 2011-2012.

No que concerne à formação em contexto de trabalho e à prova de aptidão profissional, as mesmas apresentam taxas de realização de 100%, observando-se que no curso de Técnico de Produção Agrária, apenas dois alunos, no ano letivo de 2011-2012, não efetuaram a referida prova, enquanto um não realizou a formação em contexto de trabalho no ano seguinte.

Em 2012-2013, funcionaram duas turmas dos cursos de educação e formação de Tratamento e Desbaste de Equinos e de Tratamento de Animais em Cativeiro, no 1.º e no 2.º ano de formação, respetivamente. Neste último curso, dos 15 alunos matriculados, 12 concluíram-no (80%) e deram continuidade aos seus estudos nos cursos profissionais da própria Escola.

Os resultados menos conseguidos são explicados com o atraso na conclusão dos módulos, o desempenho escolar anterior e a conseqüente falta de saberes prévios, a baixa autoestima e o reduzido acompanhamento por parte das famílias. O apoio educativo individualizado tem sido a medida implementada para superar as dificuldades dos alunos e garantir o cumprimento da carga horária dos módulos.

As taxas de desistência e de abandono escolar também são objeto de análise por parte das diversas estruturas e, embora consideradas altas, têm vindo a decrescer, concentrando-se sobretudo nos primeiros anos e meses dos cursos.

RESULTADOS SOCIAIS

Na Escola vivencia-se um ambiente de tranquilidade, favorável ao processo de ensino e de aprendizagem. As regras comumente conhecidas, divulgadas e aceites e a ação concertada dos diversos agentes educativos contribuíram para que os casos de indisciplina, ao contrário do ocorrido no ano letivo de 2012-2013, sejam agora residuais, considerando-se superado o ponto fraco enunciado na anterior avaliação externa “Inexistência de estratégias adequadas aos problemas de indisciplina ...”. O clima de proximidade entre alunos, docentes e não docentes e o envolvimento ativo em iniciativas e projetos do plano anual de atividades promovem a responsabilidade, os valores sociais e cívicos no domínio das profissões, do ambiente e da solidariedade.

Os alunos identificam-se com a Escola, manifestam satisfação e um forte sentido de pertença. Prova disso é o facto de, mesmo em competições individuais, no caso da equitação, e extraescolares, levarem consigo as faixas e os símbolos da instituição. Contudo, a participação destes na vida escolar e nas dinâmicas da organização é ainda muito reduzida. Para além de não serem formalmente auscultados no que respeita à elaboração de documentos estruturantes da ação educativa, os mesmos não se encontram representados na equipa de autoavaliação e, embora eleitos para a função de delegados, não participam nos conselhos de turma. Ainda que presentes nas reuniões do conselho geral, os mecanismos de auscultação dos pares não se encontram consolidados. Além disso, a inexistência de uma associação de estudantes também limita uma intervenção mais ativa.

A sensibilização para a preservação e para a qualidade ambiental é concretizada através de ações desenvolvidas no projeto *Eco-EPDRS*. A dimensão humanitária ligada à solidariedade, embora menos visível, é contemplada em iniciativas pontuais como a participação em campanhas de recolha de roupas e/ou através da oferta de produtos produzidos na Escola a instituições e a famílias carenciadas do concelho.

O conhecimento formal que a Escola possui acerca do percurso dos alunos, após a conclusão da sua escolaridade, reporta-se aos dados enviados para o POPH (Programa Operacional Potencial Humano), que dão nota das taxas de prosseguimento de estudos e de empregabilidade na área de formação ou noutra. Esta informação, juntamente com o conhecimento do perfil dos alunos recém-formados, possibilita uma célere identificação do técnico mais adequado às solicitações de oferta de emprego por parte de empresas ou instituições.

Assim, no que respeita às taxas de empregabilidade na área de formação do curso, constata-se que a mais elevada se reporta aos diplomados no curso de Técnico de Produção Agrária, que apresenta, nos últimos dois anos, níveis de 41,7% e de 60,0%. Nos cursos de Técnico de Gestão Equina e de Técnico de Turismo Ambiental e Rural, as referidas taxas situam-se em 50,0% e 6,3%. Por outro lado, nenhum dos

alunos que concluiu o curso de Técnico de Higiene e Segurança no Trabalho e Ambiente está a trabalhar na área. Quanto ao prosseguimento de estudos, as percentagens mais elevadas (43,8% e 42,1%) verificaram-se nos cursos de Técnico de Produção Agrária, em 2011, tendo os alunos ingressado no curso de especialização tecnológica na Escola Superior Agrária de Beja, e de Turismo Ambiental e Rural, em 2013, o que, neste caso, justificará, em parte, a reduzida taxa de empregabilidade.

RECONHECIMENTO DA COMUNIDADE

O nível de satisfação da comunidade educativa sobre o serviço prestado pela Escola é elevado, como se depreende da análise das respostas aos questionários aplicados, no âmbito do presente processo de avaliação externa, a alunos, pessoal docente e não docente e a pais e encarregados de educação. A sua satisfação prende-se, sobretudo, com o conhecimento das regras de comportamento, a resolução dos problemas de indisciplina e a qualidade do ensino. Opinião contrária é expressa quanto ao serviço de refeições.

A boa imagem da Escola advém da qualidade da formação ministrada, da adequação da oferta formativa às necessidades locais e das competências demonstradas pelos alunos aquando da realização da formação em contexto de trabalho e da prova de aptidão profissional e do seu ingresso no mercado de trabalho. É evidente a abertura da Escola ao meio, com a participação dos alunos, dos docentes e dos não docentes em diversas iniciativas da comunidade, designadamente em projetos da câmara municipal, como Compostagem e Eco-Hortas, o que confere visibilidade e reconhecimento à sua ação. Por outro lado, começa a dar os primeiros passos no desenvolvimento de atividades no seu espaço físico, dirigidas à população local, nomeadamente no domínio da equitação.

A atribuição de prémios, como o de mérito, de forma a distinguir e a valorizar os sucessos dos alunos não tem sido uma prática da Escola. Contudo, os que se destacam são selecionados para participar nos Encontros Desportivos das Escolas Agrícolas, como por exemplo no que se realiza este ano, em Ponte de Lima. São, ainda, estes os alunos que participam em intercâmbios internacionais como o TRANSFORMATION, no âmbito da cooperação transfronteiriça Espanha/Portugal, com a Direção-Geral de Desenvolvimento Rural da Junta da Extremadura.

Em conclusão: a ação da Escola tem produzido impacto na melhoria das aprendizagens e dos resultados dos alunos e nos respetivos percursos escolares. Apresenta uma maioria de pontos fortes nos campos em análise, em resultado de práticas organizacionais eficazes. Tais fundamentos justificam a atribuição da classificação de **BOM no domínio **Resultados**.**

3.2 – PRESTAÇÃO DO SERVIÇO EDUCATIVO

PLANEAMENTO E ARTICULAÇÃO

Atendendo à especificidade da Escola, assente estruturalmente na dinâmica dos cursos profissionais, estão constituídos três departamentos curriculares: o sociocultural, o de ciências e o de tecnologias, correspondendo às componentes de formação daqueles cursos. É em sede destes que se elaboram as planificações de cada módulo e se programa o processo de ensino e de aprendizagem, ainda que em grande articulação com os diretores de curso e de turma, em particular no que respeita à formação em contexto de trabalho e à organização das atividades na exploração agrícola. Procedem, também, à definição dos critérios de avaliação e à monitorização dos resultados académicos, com incidência na identificação de módulos em atraso.

Não obstante as dificuldades inerentes ao reduzido número de docentes por grupo de recrutamento, estes desenvolvem práticas de trabalho colaborativo, centradas na construção de materiais de ensino e na definição de estratégias pedagógicas, sendo de relevar a dinâmica demonstrada, a este nível, pelo

departamento de tecnologias. De igual forma, a equipa pedagógica responsável pelo curso de educação e formação apresenta um modo próprio de atuação, suportado num trabalho de cooperação e de entrelaçada ao nível da preparação e do desenvolvimento do ciclo formativo.

Com base numa organização curricular modular pouco flexível, a articulação interdisciplinar consubstancia-se no plano anual de atividades, com o desenvolvimento de ações abrangentes, que, de um modo geral, envolvem toda a comunidade e abarcam os diferentes grupos de recrutamento, ao mesmo tempo que concorrem para a consecução do projeto educativo e dos planos de estudos. Com uma forte ligação ao mundo rural e ao meio, este documento encerra um conjunto de atividades contextualizadas com as vivências locais. Ocorrem alguns casos pontuais de articulação horizontal determinada pelos conselhos de turma, mas raramente previstos nas planificações. As provas de aptidão profissional encerram esta vertente de ligação ao meio.

A inexistência de planos de turma reforça a extrema importância do dossiê pedagógico, como instrumento de registo do processo educativo, com o arquivo de toda a documentação relevante, mormente da que respeita à lecionação, como sejam as planificações, os materiais de apoio e os registos e as atas de avaliação. Constitui um elemento informativo fundamental sobre o percurso escolar dos alunos, possibilitando à Escola conhecer mais em concreto a sua população discente e facilitar a preparação de cada ano letivo. De referir o trabalho realizado na recolha de dados acerca de cada novo aluno que ingressa, o que tem permitido delinear de modo mais apropriado as estratégias de intervenção, sobretudo tendo em vista a sua integração e apropriação dos valores da instituição.

As características próprias das turmas e dos alunos, aliadas às especificidades dos cursos, obrigam os docentes a uma adequação dos programas de estudo, dotando-os de uma vertente mais prática e em estreita união com as áreas de formação técnica. A avaliação formativa ganha relevo nesta dinâmica, contribuindo para a regulação da prática letiva e do processo de aprendizagem, se bem que deva ser mais generalizada de forma a tornar-se mais consequente, tal como a modalidade diagnóstica. A avaliação sumativa é determinante e nem sempre é notória a complementaridade entre as várias modalidades avaliativas.

PRÁTICAS DE ENSINO

Inserida numa herdade agrícola de vastas dimensões, a Escola conseguiu criar um ambiente educativo potenciador das aprendizagens, rentabilizando o espaço físico de que dispõe, com a implementação de várias atividades agrícolas e produtivas, dinamizadas pelos alunos e que dão resposta às suas aptidões, interesses e capacidades, ao mesmo tempo que favorecem a sua integração, o seu sentido de responsabilidade e o trabalho colaborativo.

Adequando e diversificando os contextos educativos às características dos alunos, foi possível incentivar nestes o prazer pelos estudos, aumentar o grau de motivação e dar visibilidade às aprendizagens realizadas. Tais factos têm vindo a ter impacto nos desempenhos globais dos alunos, com reflexos positivos nas componentes de formação teórica, sendo ainda de relevar, neste campo, o acompanhamento regular e o reforço positivo exercido pelos docentes em sala de aula. Ainda que não existam mecanismos formais de valorização dos desempenhos dos alunos, a sua participação em diferentes eventos, a colaboração em provas desportivas equestres e o reconhecimento pela comunidade da qualidade dos produtos produzidos e transformados na Escola são fatores de sucesso altamente compensatórios.

Numa área de formação em que a componente prática tem particular relevância, o processo de ensino e de aprendizagem tem vindo a ganhar um cariz vincadamente prático, ao nível das atividades educativas das três componentes curriculares, com uma adequação da prática pedagógica ao contexto particular das turmas. Numa clara aposta em metodologias de ensino mais ativas, as atividades experimentais e de pesquisa servem de referência a muitas das aprendizagens, com recurso ao laboratório e à biblioteca,

como locais privilegiados de conhecimento. De referir o papel deste último espaço na dinamização de ações de literacia, para as quais contribui a disponibilização de jornais diários e de revistas da especialidade de referência, para além da vertente mais lúdica e de lazer. A oferta formativa e educativa reforça e valoriza a dimensão artística, numa estreita ligação com o trabalho de campo e a equitação, não descurando as ações desportivas ligadas ao Desporto Escolar.

Se bem que não existam práticas de diferenciação pedagógica ao nível das metodologias de ensino, dos materiais de apoio e dos instrumentos de avaliação, ao nível da sala de aula, os apoios educativos procuram colmatar tal fragilidade e garantir aos alunos o reforço das aprendizagens e a superação de dificuldades. Esta medida enquadra-se numa estratégia não só de promoção do sucesso académico, mas também do seu nível qualitativo, contribuindo assim para a consecução das metas do projeto educativo. Como tal, é um recurso colocado à disposição dos alunos com módulos em atraso, os quais beneficiam, no total, de quatro épocas de recurso para os realizarem. Os mecanismos de ajuda e acompanhamento aos alunos cingem-se às aulas de apoio já referidas, não obstante a Escola identificar o serviço de psicologia como uma necessidade urgente e uma mais-valia na atuação com determinados alunos, equacionando a procura de vias alternativas para a superação do problema.

A localização da Escola fora do perímetro urbano da localidade e o facto de muitos alunos não serem do concelho e alguns docentes disporem de horários de trabalho bastante reduzidos implicaram uma gestão criteriosa do tempo escolar, que permite aos alunos beneficiarem de apoios educativos e de atividades extracurriculares ao fim do dia, para além da tarde de sexta-feira livre, para deslocações ou outras iniciativas, como as anteriormente registadas. Garantindo o cumprimento da matriz curricular dentro do estabelecido no calendário escolar e a inexistência de tempos isolados ou intercalares sem atividade letiva, os horários dos docentes são ajustados semanalmente, obviando ausências ou impedimentos temporários.

A Escola encontra-se bem apetrechada, inclusive em termos informáticos, recursos utilizados pelos alunos em contexto de sala de aula, sobretudo na disciplina de tecnologias de informação e comunicação e aquando da realização dos trabalhos para a prova de aptidão profissional.

Cientes de uma forma de organização da prática letiva diferente da preconizada no ensino regular, os docentes, nas reuniões de departamento curricular, orientam e acompanham os colegas menos experientes, monitorizando a preparação da lecionação através dos documentos de planificação e da definição de estratégias de intervenção em contexto educativo. Procuram, assim, garantir a qualidade do processo educativo, uma vez que não estão instituídas formas de observação direta das aulas nem outros mecanismos de supervisão da prática letiva. Desta forma, não foi ultrapassado o ponto fraco mencionado no relatório da anterior avaliação externa que assinalava a “ausência de supervisão das atividades letivas, o que dificulta o conhecimento e a partilha de boas práticas”.

MONITORIZAÇÃO E AVALIAÇÃO DO ENSINO E DAS APRENDIZAGENS

A elaboração conjunta de provas de avaliação e sua correção não faz parte da prática colaborativa entre os professores, fruto, em parte, do diminuto número de docentes por grupo de recrutamento, obstáculo transversal a quase todas as áreas da prática pedagógica. Atendendo a este condicionalismo, os coordenadores de departamento curricular analisam os vários documentos de apoio, concretamente os instrumentos de avaliação, aferindo da fiabilidade dos mesmos e promovendo, na medida do possível, a coerência entre as práticas de ensino e o seu processo avaliativo, não obstante alguma dificuldade decorrente da diversidade de grupos de recrutamento que integram cada departamento. Nesta vertente, as práticas autoavaliativas realizadas pelos alunos, conhecedores que são dos critérios de avaliação, constituem, também, um garante do rigor avaliativo e da qualidade do ensino prestado.

Ponderando as características dos alunos e a sua aptidão por um tipo de ensino mais prático, os docentes privilegiam aprendizagens com incidência na realização de exercícios, embora os instrumentos

de avaliação sejam pouco diversificados, consistindo quase exclusivamente em testes e trabalhos de pesquisa, com exceção nas disciplinas da componente de formação técnica. A avaliação formativa ainda não é um procedimento amplamente institucionalizado. Pese embora contribua para a regulação do ensino e da aprendizagem, nomeadamente na área técnica, em resultado de uma observação constante dos desempenhos dos alunos em sala de aula, carece de uma maior sistematização e intencionalidade. Por outro lado, as planificações por módulo, elaboradas no início do ano letivo, em sede de departamento curricular, pelos docentes de cada grupo de recrutamento, não sofrem alterações substantivas ao longo da lecionação. Se bem que do processo de ensino e de aprendizagem resultem pequenos ajustamentos, estes não são registados nos documentos de planeamento.

A Escola incentiva o envolvimento dos pais e encarregados de educação na vida escolar dos seus educandos, apesar de alguns já serem maiores de idade, promovendo, através dos diretores de turma, uma ligação estreita com as famílias, tendo em atenção que uma grande percentagem dos alunos está deslocada da sua área de residência. No final de cada período letivo, os pais recebem informação pormenorizada sobre o desempenho dos alunos, com base num relatório descritivo que contém uma avaliação qualitativa, por departamento curricular, a identificação das dificuldades diagnosticadas e o perfil de evolução. Paralelamente, efetuam-se reuniões com os encarregados de educação, onde também é dado conhecimento acerca dos módulos realizados, da data de conclusão e da classificação final.

Pugnando por uma Escola de elevada qualidade, patente nas metas do projeto educativo, os seus responsáveis definiram uma política de apoios educativos, prestados pelos próprios docentes das disciplinas, como resposta a dificuldades de aprendizagem e principalmente como medida preventiva do insucesso, incentivando a recuperação de módulos em atraso, e de promoção de melhores resultados académicos. As taxas de conclusão dos cursos, com percentagens globais bastante satisfatórias, são, em parte, demonstrativas do impacto desta medida, que visa, também, combater a desistência e o abandono escolar. Contudo, a este nível há necessidade de um maior investimento, de modo a contrariar o elevado número de casos de desistência e abandono, justificados com o desconhecimento dos cursos e do grau de exigência dos mesmos, a falta de orientação escolar e vocacional, a situação económica desfavorável das famílias, a falta de um projeto de vida e a diversidade de oferta formativa oferecida na região, onde se inclui a de empresas de formação.

Em síntese, a ação da Escola tem produzido impacto na melhoria das aprendizagens e dos resultados dos alunos e nos respetivos percursos escolares. Apresenta uma maioria de pontos fortes nos campos em análise, em resultado de práticas organizacionais eficazes, o que justifica a atribuição da classificação de **BOM** no domínio **Prestação do Serviço Educativo**.

3.3 – LIDERANÇA E GESTÃO

LIDERANÇA

As ações desenvolvidas pela Escola estão alicerçadas numa visão estratégica estabelecida nos princípios da ética e da responsabilidade e do que deve ser um estabelecimento de ensino público no setor agrícola, tendo em ponderação a missão educativa de satisfazer as necessidades da população, ao nível académico e profissional, e dotando a região de recursos humanos qualificados. Relevando o papel da Escola no desenvolvimento pessoal e na sociedade, esta pretende diversificar a sua oferta formativa, centrada no ensino profissional, promover a sua imagem como centro de desenvolvimento rural na região e envolver todos os atores no processo educativo, tendente ao fortalecimento da cultura de escola.

Como tal, a integração dos trabalhadores e o fomento do sentido de pertença constituem uma prioridade dos responsáveis, no acolhimento de novos docentes, na preparação de cada ano letivo, bem como no desenvolvimento das suas atividades. Os próprios alunos demonstram uma forte ligação à vida escolar, com especial destaque para o seu envolvimento nas atividades de suporte à componente prática agrícola

e outras, que exigem um cuidado e uma dedicação quer nos dias de atividade letiva quer aos fins-de-semana.

Os trabalhadores reconhecem que a missão e as especificidades da Escola acarretam um empenho e exigências diferentes quando comparados com outras modalidades de ensino. De igual forma, identificam a ação das lideranças de topo e intermédias na sua integração e adaptação, bem patentes na ajuda prestada quando chegam ou iniciam uma nova função.

O modelo de gestão e a dimensão da organização contribuem para uma abordagem preventiva dos conflitos dentro da comunidade educativa. O diretor exerce uma liderança diretiva e partilhada, procurando envolver os trabalhadores na concretização da missão da Escola. O próprio assume um papel de regulador e coordenador das ações dos diversos intervenientes, constituindo-se, desse modo, como o elemento mediador na sua motivação e na gestão dos conflitos. O fomento da participação destes na tomada de decisão está consubstanciado na partilha de informação e na atribuição de responsabilidades inerentes aos diferentes cargos.

Por outro lado, os trabalhadores sentem-se valorizados, reconhecendo a abertura à auscultação das suas opiniões. Não obstante, não se verifica uma participação formal dos diferentes órgãos e/ou equipas pedagógicas na apresentação efetiva de recomendações ou orientações. A título de exemplo, constata-se que a ação do conselho geral parece estar mais associada às respostas e às solicitações do diretor do que determinada por uma agenda própria.

Os responsáveis revelam uma visão estratégica e de inovação na definição da oferta formativa, antecipando a introdução de valências de formação prática coerentes com as alterações decorrentes da mudança de condições, de que são exemplo a do regadio. A par dos órgãos de direção, administração e gestão regulamentares, a Escola adota um modelo de gestão de tipo empresarial estruturado em unidades produtivo-pedagógicas: a exploração agrícola, o centro tecnológico agroalimentar (lagar, sala de indústrias e queijaria) e o centro hípico. Este modo de organização permite a criação de produtos com uma função instrumental, quer no marketing institucional quer na divulgação das competências dos alunos, já que a estes lhes é dada a possibilidade de desenvolverem competências nos domínios da produção, da transformação e da comercialização, para além de garantia de uma fonte de financiamento.

Nas relações com entidades da comunidade e da região é de realçar o envolvimento com diferentes estruturas empresariais, quer a título individual quer com organismos coletivos como a Associação de Desenvolvimento Local – Rota do Guadiana, nomeadamente para o desenvolvimento da formação em contexto de trabalho. De relevar, também, a parceria com a Câmara Municipal de Serpa, quer na dinamização de atividades (Feira do Queijo, Gala Equestre, stand de divulgação do município), quer como recurso para compensar algumas limitações no domínio dos espaços físicos (pavilhão gimnodesportivo, piscina). A Escola tem, ainda, uma participação especial no projeto Eco-Hortas onde, para além de usufruir de um espaço para o cultivo experimental, dá apoio técnico aos utentes desta horta comunitária, da responsabilidade da autarquia.

Refira-se a participação da Escola como um dos promotores do Centro de Qualificação e Ensino Profissional da Rota do Guadiana, onde terá à sua responsabilidade o reconhecimento, validação e certificação de competências (RVCC) associadas à área da formação agrícola.

GESTÃO

Conhecedor das competências do pessoal docente, o diretor considera-as na distribuição de serviço, ainda que condicionado quando surge a colocação de novos professores. Aquela assenta no cumprimento dos procedimentos regulamentares previstos na legislação e tem subjacentes a qualidade do serviço educativo e a satisfação dos trabalhadores. Apesar deste cuidado, as mudanças de docentes, quando

acontecem, constituem-se como fator de perturbação, nomeadamente pela necessidade de dispêndio de um período de adaptação a um modelo de escola e de ensino distinto do que foram, para a maioria, as suas experiências anteriores. Todavia, o tempo diário de permanência na Escola e a sua dimensão favorecem a entreaajuda e a integração dos novos profissionais nas rotinas, procedimentos e práticas específicas.

Dada a reduzida dimensão da Escola, as turmas são constituídas em função da área técnica em que cada aluno se inscreve e as equipas pedagógicas de cada curso/turma são compostas pelos docentes e técnicos cujas habilitações correspondem ao legalmente estabelecido. Ainda assim, no curso de educação e formação houve um cuidado na seleção dos docentes relativamente ao seu perfil. A Escola adota um modelo de gestão flexível do horário das turmas, sendo os mesmos elaborados semanalmente, de acordo com uma mancha horária estável e pedagogicamente adequada, que permite a deslocação dos alunos até à Escola, o cumprimento das tarefas diárias que lhes tenham sido atribuídas, como a preparação e limpeza dos estábulos e as colheitas ou outras atividades, e a frequência dos apoios educativos.

O facto de uma parte significativa do pessoal docente e não docente exercerem a sua atividade profissional na Escola há vários anos, tem permitido o conhecimento consistente das competências de cada trabalhador, o que facilita a afetação dos recursos disponíveis. Aliás, a rendibilização dos saberes profissionais é clara na forma como está feita a atribuição de responsabilidades pelas estruturas intermédias. No que respeita aos trabalhadores não docentes, não tem existido rotatividade de funções, embora exista um conhecimento alargado do exercício das diferentes tarefas. Neste sentido, a Escola facultava condições de apoio à participação de assistentes técnicos em ações de formação. Não obstante, não possui uma prática instituída e formal de identificação das necessidades de formação nem de disseminação interna da formação adquirida externamente.

Os circuitos de comunicação implementados favorecem a ligação entre todos os elementos da comunidade educativa, dado que facilitam a acessibilidade à informação, quer com recurso às novas tecnologias, quer, e de modo muito relevante, ao contacto telefónico e pessoal entre os pares e com outros intervenientes.

AUTOAVALIAÇÃO E MELHORIA

Não obstante o histórico que a Escola possui em termos de procedimentos de autoavaliação e do qual se deu nota, de forma positiva, no relatório da anterior avaliação externa, o trabalho desenvolvido, desde então, não reflete continuidade e articulação relativamente às conclusões extraídas dos relatórios produzidos, sendo, até ao momento, bastante orientado em função de um guião de execução pré-definido. As práticas de autoavaliação, mesmo que realizadas anualmente, apresentam fragilidades de consolidação e de integração do significado das evidências observadas nas práticas educativas e funcionais, uma vez que da reflexão produzida não decorre, de modo objetivo, o estabelecimento de iniciativas específicas, quer nos instrumentos de ação pedagógica, quer na elaboração de planos de melhoria.

A equipa de autoavaliação, criada anualmente por nomeação do diretor e com os tempos de trabalho inscritos na distribuição do serviço docente, é integralmente constituída por novos elementos, todos docentes. Esta opção é limitadora da sequência e da continuidade dos processos de autoavaliação, bem como da interpretação dos aspetos avaliados.

A presente equipa de autoavaliação encontra-se ainda a analisar e a reformular os instrumentos de trabalho anteriormente utilizados, tendo como objetivo a sua simplificação, nomeadamente em termos de tratamento estatístico. Pretende aplicar inquéritos por questionário à comunidade educativa e proceder à recolha de dados junto dos diversos órgãos e serviços, com o intuito de elaborar um relatório final que permita avaliar a consecução das metas definidas no projeto educativo.

Justifica-se uma análise, debate e reflexão mais alargados, nos diversos órgãos e estruturas educativas, das conclusões da autoavaliação e uma maior disseminação das suas evidências com vista à melhoria das práticas profissionais e da prestação do serviço educativo. Até ao momento, as alterações mais relevantes e consistentes resultam da observação e da experiência dos próprios docentes e do diálogo que estabelecem com os seus pares e estruturas de gestão no dia-a-dia.

Em síntese, a ação da Escola tem produzido impacto na melhoria das aprendizagens e dos resultados dos alunos e nos respetivos percursos escolares. Apresenta uma maioria de pontos fortes nos campos em análise, em resultado de práticas organizacionais eficazes, o que justifica a atribuição da classificação de **BOM** no domínio **Liderança e Gestão**.

4 – PONTOS FORTES E ÁREAS DE MELHORIA

A equipa de avaliação realça os seguintes pontos fortes no desempenho da Escola:

- O clima educativo vivenciado e o sentido de pertença demonstrado por todos os intervenientes educativos, facilitadores, em particular, da integração dos alunos e potenciadores das suas aprendizagens;
- A articulação entre as diferentes estruturas de orientação educativa e supervisão pedagógica na definição do processo de ensino e de aprendizagem e na organização da formação em contexto de trabalho e da prova de aptidão profissional;
- A ligação da Escola ao meio local e o estabelecimento de parcerias ativas, patentes no desenvolvimento de atividades conjuntas, na rentabilização dos recursos e na definição da oferta educativa;
- A existência de uma visão estratégica e a definição clara da missão da Escola, o que facilita o delinear das estratégias de ação e do caminho a percorrer com vista à consecução dos objetivos e das metas estabelecidas;
- A organização e a gestão dos tempos escolares, garantindo o cumprimento das componentes curriculares e das atividades técnicas e agrícolas dentro de critérios pedagógicos e exequíveis.

A equipa de avaliação entende que as áreas onde a Escola deve incidir prioritariamente os seus esforços para a melhoria são as seguintes:

- O reforço de medidas educativas capazes de reduzir as taxas de desistência e abandono escolar e de incrementar as taxas de conclusão dos cursos e o número de módulos realizados;
- A implementação de mecanismos de supervisão pedagógica da atividade letiva, em contexto de sala de aula, de modo a proceder ao efetivo acompanhamento das práticas de ensino e fomentar a qualidade das mesmas;
- A generalização da avaliação formativa na regulação do processo de ensino e de aprendizagem, contribuindo para a adequação das estratégias pedagógicas e para a melhoria dos resultados escolares;
- A consolidação do processo de autoavaliação e a sua articulação com as ações de melhoria definidas, com vista ao seu impacto nas práticas educativas e na dinâmica organizacional.



17-07-2014

A Equipa de Avaliação Externa: Carmen Palma, Maria da Conceição Ribeiro e Sérgio Vieira